

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.943 - RS (2019/0300478-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
YARA NASARIO - RS014162  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : VINICIUS PAUST DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de VINICIUS PAUST DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Agravado em Execução n. 70082206178).

Depreende-se dos autos que o Juízo das Execuções Penais deferiu o benefício do livramento condicional ao paciente, entendendo estarem preenchidos todos os requisitos.

Inconformado, o Ministério Público interpôs agravo em execução no TJRS, que deu provimento ao recurso, de forma unânime, em acórdão assim ementado (e-STJ fl.97);

*AGRAVO EM EXECUÇÃO (ARTIGO 197, DA LEP). ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS, ENTRE OUTROS. RETIFICAÇÃO DA GUIA DE RECOLHIMENTO PARA FINS DE LIVRAMENTO CONDICIONAL INDEFERIDA E BENEFÍCIO CONCEDIDO. INCONFORMIDADE MINISTERIAL.*

*Para que o condenado faça jus ao benefício do livramento condicional, é necessário que ele cumpra ao menos 2/3 de sua pena em relação ao delito de associação, pois este, assim como ocorre quanto ao delito de tráfico de drogas, exige o cumprimento deste lapso temporal qualificado.*

*Isto se encontra expressamente previsto no artigo 44, parágrafo único, da Lei n 11.343/06. Impositiva a reforma da decisão, com a retificação na Guia de Execução do apenado e,*

# Superior Tribunal de Justiça

*consequentemente, com a cassação do benefício concedido.*  
**AGRAVO PROVIDO.**

No presente *writ*, a Defensoria Pública sustenta impossibilidade de se exigir o cumprimento de 2/3 (dois terços) da pena para concessão do benefício de livramento condicional referente ao delito de associação para o tráfico, porque, ao contrário do delito de tráfico de entorpecentes, previsto no artigo 33 da Lei de Tóxicos, a associação para o tráfico não possui natureza de crime hediondo/equiparado a hediondo.

Ressalta que como a Lei n. 8.072/1990 (Crimes Hediondos) não prevê a associação para o tráfico de drogas como delito hediondo, não pode o julgador exigir maior rigor na execução da pena.

Requer, nesse sentido, liminarmente, a suspensão do acórdão impugnado até o julgamento do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para cassar o referido *decisum*, conforme fundamentação expendida.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Mesmo que o crime do art. 35 da Lei n. 11.343/2006 (associação para o tráfico) não tenha recebido a equiparação da hediondez, a regra imposta no § único do art. 44 da Lei de Drogas é expressa ao exigir tratamento mais rigoroso àqueles que praticaram infração relacionada ao tráfico.

Dessa forma, não obstante os argumentos apresentados,

# *Superior Tribunal de Justiça*

mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos.

Ademais, a medida antecipatória postulada praticamente confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruído o feito, dispensei as informações de praxe.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator